

LEI COMPLEMENTAR Nº 42/2021

“CONCEDE A REVISÃO GERAL DE QUE TRATA O ARTIGO 37, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, NOS PROVENTOS DOS SERVIDORES INATIVOS, NA REMUNERAÇÃO DOS COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS, FIXA O PISO DE VENCIMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, FIXA O PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E DOS AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSELI ANDERLE, Prefeita do Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, os proventos dos inativos e pensionistas com paridade, a remuneração dos servidores comissionados e temporários, a remuneração dos membros do Conselho Tutelar, na forma de revisão geral, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, ficam revisados em 4,52%, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, a ser aplicado a partir de 1º de fevereiro de 2021.

§1º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no *caput* deste artigo para os proventos dos servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

§2º Aplica-se o índice fixado no *caput* sobre o valor pago a título de Gratificação de Função.

§3º Aplica-se o índice fixado no *caput* sobre a remuneração paga aos servidores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 2º Fica estabelecido o piso salarial dos servidores públicos municipais em R\$1.100,00 (um mil e cem reais), para a carga horária de 40 horas semanais, com efeitos a partir de 01/01/2021.

Art. 3º Fica estabelecido o piso salarial dos agentes comunitários de saúde (ACS) e dos agentes de combate as endemias, em R\$ 1.550,00, de acordo com a Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018..

Art. 4º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município e da Câmara de Vereadores.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina/SC, em 24 de fevereiro de 2021

ROSELI ANDERLE

Prefeita Municipal